

CONCURSO PÚBLICO

Com publicação no Jornal Oficial da União Europeia

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA PARA A REALIZAÇÃO DE
AUDITORIAS A OPERAÇÕES COFINANCIADAS POR FUNDOS E INSTRUMENTOS
DE FINANCIAMENTO EUROPEUS**

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

Processo R/181/2024



1. TIPO E OBJETO DO PROCEDIMENTO	3
2. ENTIDADE ADJUDICANTE E LOCAL ONDE DECORRE O PROCEDIMENTO	3
3. AUTORIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO	4
4. CONSULTA DO PROCESSO E FORNECIMENTO DAS PEÇAS DO CONCURSO	4
5. REGRAS DE PARTICIPAÇÃO	5
6. IMPEDIMENTOS	5
7. AGRUPAMENTOS	8
8. ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÕES E ALTERAÇÕES DAS PEÇAS do procedimento	8
9. MODO DE APRESENTAÇÃO E ENTREGA DAS PROPOSTAS	10
10. PRAZO DA OBRIGAÇÃO DA MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS	11
11. CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS DA PROPOSTA	11
12. PROPOSTAS VARIANTES	12
13. NEGOCIAÇÃO	12
14. LEILÃO ELETRÔNICO.....	12
15. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA	12
16. EXCLUSÃO DA PROPOSTA	13
17. PREÇO BASE	13
18. PREÇO OU CUSTO ANORMALMENTE BAIXO	14
19. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO	14
20. CRITÉRIO DE DESEMPATE	15
21. NOTIFICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO, DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E MINUTA DO CONTRATO	15
22. CAUÇÃO	17
23. REDUÇÃO DO CONTRATO A ESCRITO	17
24. DESPESAS E ENCARGOS PARA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO	18
25. LEGISLAÇÃO E FORO APLICÁVEIS	18
ANEXOS:	18



1. TIPO E OBJETO DO PROCEDIMENTO

- 1.1 O presente procedimento pré-contratual é um concurso público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos do artigo 20.º, n.º 1 alínea a) do Código dos Contratos Públicos, (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto, na sua atual redação resultante das alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 78/2022, de 7 de novembro.
- 1.2 O presente procedimento destina-se à aquisição de **serviços de auditoria externa para a realização de auditorias a operações cofinanciadas pelo FEDER/FC e pelo FSE no âmbito dos trabalhos de auditoria relativos ao exercício contabilístico de 24-25** de acordo com as especificações técnicas dos lotes a concurso constantes da Parte II do Caderno de Encargos (CE).
- 1.3 O número máximo de operações a auditar no âmbito da aquisição a que se refere este procedimento é de 112 operações FEDER/FC e FSE, distribuídas por 4 Lotes com a seguinte composição:
- Lote 1 - Auditorias a Operações FSE e FEDER/FC - EC 23-24: 28 operações
 - Lote 2 - Auditorias a Operações FSE e FEDER/FC - EC 23-24 : 28 operações
 - Lote 3 - Auditorias a Operações FSE e FEDER/FC - EC 23-24: 28 operações
 - Lote 4 - Auditorias a Operações FSE e FEDER/FC - EC 23-24: 28 operações
- 1.4 De acordo com a nomenclatura de referência aplicável, constante do Anexo I ao Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2151/2003, da Comissão, de 16 de dezembro de 2003, e pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, o objeto do presente procedimento tem a seguinte classificação CPV principal 79212000-3.

2. ENTIDADE ADJUDICANTE E LOCAL ONDE DECORRE O PROCEDIMENTO

- 2.1 A entidade pública contratante é a Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. (Agência, I.P.), contribuinte fiscal n.º 510 928 374, com sede na Avenida 5 de Outubro, n.º 153, 1050-053 Lisboa, Telefone (351) 218814000 e Fax (351) 218881111, com a página web www.adcoesao.pt, adiante designada por Agência, I.P.
- 2.2 O processo do concurso decorre no Núcleo de Gestão de Contratos e Património (NGCP), sito na Avenida 5 de Outubro, n.º 153 – 7.º Piso, 1050-053 Lisboa, Telefone (351) 218814000 e Fax (351) 218881111, com o endereço de correio eletrónico contratacao@adcoesao.pt,



através da plataforma eletrónica www.acinGov.pt, de acordo com as condições constantes no presente programa e caderno de encargos.

3. AUTORIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO

- 3.1 A decisão de contratar e a autorização para a realização da despesa foram tomadas por deliberação do Conselho Diretivo da Agência, I.P., de 16.12.2024, ao abrigo das competências delegadas, nos termos conjugados da alínea c) do.º 1 do artigo 17º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho e do n.º 3 do artigo 38.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, com a redação em vigor.
- 3.2 A decisão de contratar foi precedida da obtenção do competente parecer prévio da DGAEP, nos termos exigidos pelo Regime da valorização profissional dos trabalhadores com vínculo de emprego público, aprovado em anexo à Lei n.º 25/2017, de 30 de maio, na sua atual redação.
- 3.3 A decisão de contratar foi igualmente precedida da obtenção da competente assunção de compromissos plurianuais autorizada pelo Conselho Diretivo da Agência, I.P., a 16.12.2024, exarada sobre a Informação n.º I/1341/2024, de 16.12.2024, ao abrigo da delegação de competências constante do ponto 3 do Despacho n.º 9588/2024, publicado na 2.ª série do Diário da República n.º 161, de 21 de agosto de S. Exa. o Secretário de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional e por força do Despacho n.º 4956/2024, de 7 de maio, publicado na 2.ª série do Diário da República, n.º 88, de S. Exa. o Ministro de Estado.

4. CONSULTA DO PROCESSO E FORNECIMENTO DAS PEÇAS DO CONCURSO

- 4.1 Os documentos que constituem o presente procedimento: anúncios publicados no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia, programa do procedimento, caderno de encargos e documentação anexa, encontram-se patentes na plataforma eletrónica indicada no ponto 2.2 e encontram-se, ainda, disponíveis para consulta no Núcleo de Gestão de Contratos e Património, sito na Avenida 5 de Outubro, n.º 153 – 7.º Piso, 1050-053 Lisboa, Telefone (351) 218814000 e Fax (351) 218881111, nos dias úteis, das 10H às 12H e das 14H30 às 17H00, desde o dia da publicação dos anúncios até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
- 4.2 As peças do presente procedimento são fornecidas aos interessados através da plataforma eletrónica acima indicada.



5. REGRAS DE PARTICIPAÇÃO

- 5.1 A participação no concurso depende de prévia inscrição no procedimento a ser efetuada no portal www.acinGov.pt.
- 5.2 Após inscrição na referida plataforma eletrónica, será obtido o acesso necessário para efeitos de consulta das peças do procedimento, conforme mencionado no ponto 4. do presente programa.

6. IMPEDIMENTOS

- 6.1 Sem prejuízo da possibilidade de relevação dos impedimentos nos termos do artigo 55.º-A do CCP, não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que:
- a) Se encontrem em estado de insolvência, declarada por sentença judicial, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeitas a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, ou tenham o respetivo processo pendente, salvo quando se encontrarem abrangidas ou tenham pendente um plano de recuperação de empresas, judicial ou extrajudicial, previsto na lei;
 - b) Tenham sido condenadas por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional, no caso de pessoas singulares, ou, no caso de pessoas coletivas, quando tenham sido condenados por aqueles crimes a pessoa coletiva ou a titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência, e estes se encontrem em efetividade de funções, em qualquer dos casos sem que, entretanto, tenha ocorrido a respetiva reabilitação;
 - c) Tenham sido objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional, se, entretanto, não tenha ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, tenham sido objeto de aplicação daquela sanção administrativa os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções.
 - d) Não tenham a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o estabelecimento principal;



- e) Não tenham a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o estabelecimento principal;
- f) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória de proibição de participação em concursos públicos prevista em legislação especial, nomeadamente nos regimes contraordenacionais em matéria laboral, de concorrência e de igualdade e não-discriminação, bem como da sanção prevista no artigo 460.º, durante o período fixado na decisão condenatória;
- g) Tenham sido objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal ou no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- h) Tenham sido condenadas por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes, se, entretanto, não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, tenham sido condenados pelos mesmos crimes a pessoa coletiva e os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação:
 - i. Participação numa organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Decisão-Quadro 2008/841/JAI do Conselho, de 24 de outubro de 2008;
 - ii. Corrupção, tal como definida no artigo 3.º da Convenção relativa à luta contra a corrupção em que estejam implicados funcionários da União Europeia ou dos Estados-Membros da União Europeia e no n.º 1 do artigo 2.º da Decisão-Quadro 2003/568/JAI do Conselho, de 22 de julho de 2003, e nos artigos 372.º a 374.º -B do Código Penal;
 - iii. Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - iv. Branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo, tal como definidos no artigo 1.º da Diretiva n.º 2015/849, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2015, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo;



- v. Infrações terroristas ou infrações relacionadas com um grupo terrorista, tal como definidas nos artigos 3.º e 4.º da Diretiva n.º 2017/541, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de março de 2017, relativa à luta contra o terrorismo, ou qualquer infração relacionada com atividades terroristas, incluindo cumplicidade, instigação e tentativa, nos termos do artigo 14.º da referida diretiva;
 - vi. Trabalho infantil e outras formas de tráfico de seres humanos, tal como definidos no artigo 2.º da Diretiva n.º 2011/36/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de abril de 2011.
 - i) Tenham, a qualquer título, prestado, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhes confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência;
 - j) Tenham diligenciado no sentido de influenciar indevidamente a decisão de contratar do órgão competente, de obter informações confidenciais suscetíveis de lhe conferir vantagens indevidas no procedimento, ou tenham prestado informações erróneas suscetíveis de alterar materialmente as decisões de exclusão, qualificação ou adjudicação;
 - k) Estejam abrangidas por conflitos de interesses que não possam ser eficazmente corrigidos por outras medidas menos gravosas que a exclusão;
 - l) Tenham acusado deficiências significativas ou persistentes na execução de, pelo menos, um contrato público anterior nos últimos três anos, tendo tal facto conduzido à resolução desse contrato por incumprimento, ao pagamento de indemnização resultante de incumprimento, à aplicação de sanções que tenham atingido os valores máximos aplicáveis nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 329.º, ou a outras sanções equivalentes.
- 6.2 Para efeitos do disposto na alínea k) do número anterior, podem ser ponderadas, como medidas menos gravosas que a exclusão, designadamente, a substituição de membros do júri ou de peritos que prestem apoio ao júri, a instituição de sistemas de reconfirmação de análises, apreciações ou aferições técnicas, ou a proibição de o concorrente recorrer a um determinado subcontratado.



7. AGRUPAMENTOS

- 7.1 Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação, desde que todas as empresas do agrupamento satisfaçam as disposições legais a contratar, comprovando em relação a cada uma das empresas os documentos exigidos no Ponto 15. do presente Programa (todas as empresas que compõem o agrupamento).
- 7.2 Os membros de um agrupamento ou concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, de acordo com o estabelecido no CCP, nem integrar outro agrupamento concorrente.
- 7.3 A constituição jurídica do agrupamento não é exigida na apresentação da proposta, mas as empresas agrupadas serão responsáveis solidariamente perante a entidade adjudicante pela manutenção da proposta.
- 7.4 As entidades que compõem o agrupamento deverão designar o interlocutor único, devidamente identificado perante a entidade adjudicante, entregando os respetivos instrumentos de mandato.
- 7.5 Não existindo representante comum, a proposta e todos os documentos que a constituem devem ser assinados por todos os seus membros (todas as empresas que compõem o agrupamento) ou respetivos representantes.
- 7.6 Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, numa das seguintes modalidades jurídicas: sociedade, consórcio externo ou agrupamento complementar de empresas, e fazer constar desse contrato a menção quantitativa relativamente à participação de cada um dos membros do agrupamento no âmbito do contrato a celebrar.
- 7.7 Em caso de adjudicação, a apresentação dos documentos de habilitação deve obedecer ao disposto no artigo 81.º do CCP, conjugado com o disposto no artigo 6º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.

8. ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÕES E ALTERAÇÕES DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

- 8.1 No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem,



expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.

- 8.2 Consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:
- a) Aspectos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
 - b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
 - c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;
 - d) Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores.
- 8.3 A lista a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões do caderno de encargos detetados, com exceção dos referidos na alínea d) do número anterior e daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.
- 8.4 Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas:
- a) O Júri deve prestar os esclarecimentos solicitados;
 - b) O órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
- 8.5 Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação de propostas.
- 8.6 Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados serão disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e juntos às peças do procedimento.
- 8.7 Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.
- 8.8 Será, ainda, aplicável, neste âmbito, o disposto no artigo 64.º do CCP.



9. MODO DE APRESENTAÇÃO E ENTREGA DAS PROPOSTAS

- 9.1 Os documentos que constituem a proposta são apresentados diretamente na plataforma eletrónica já identificada, através do meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.
- 9.2 A proposta deverá ser apresentada, pelos concorrentes ou seus representantes, **até às 23:59 horas do 30º (trigésimo) dia a contar da data de envio do anúncio para o Serviço das Publicações Oficiais da União Europeia e para o Diário da República.**
- 9.3 Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado, nos termos do disposto no ponto 9.1, deve ser encerrado em invólucro opaco e fechado:
- a) No rosto do qual se deve indicar a designação do procedimento e entidade adjudicante;
 - b) Deve ser entregue diretamente ou enviado por correio registado à entidade adjudicante, devendo, em qualquer caso, a respetiva receção ocorrer dentro do prazo para a apresentação de propostas;
 - c) E cuja receção deve ser registada por referência à respetiva data e hora.
- 9.4 A proposta e os documentos que a integram devem ser datados, assinados e **obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa**, ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais, devendo a tradução ser assinada pelos representantes legais do proponente.
- 9.5 O modo de apresentação de propostas obedece ao disposto no artigo 62.º do CCP e na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
- 9.6 Em cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 54.º e do n.º 4 do artigo 68.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, todos os documentos que compõem a proposta, devem ser assinados com recurso a assinatura eletrónica/digital qualificada, os quais são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (informação disponível em <https://www.gns.gov.pt>).
- 9.7 Todos os documentos devem ser assinados individualmente com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica próprios do concorrente ou dos seus representantes legais em momento anterior à submissão dos mesmos na plataforma eletrónica.
- 9.8 Os documentos eletrónicos emitidos por entidades terceiras competentes para a sua emissão, designadamente, certidões, certificados ou atestados, devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica das entidades competentes ou



dos seus titulares, não carecendo de nova assinatura por parte do concorrente que os submete.

- 9.9 Os documentos que sejam cópias eletrônicas de documentos físicos originais emitidos por entidade terceira, podem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrônica do concorrente que o submete, atestando a sua conformidade com o documento original.
- 9.10 Nos casos em que o certificado original não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve o concorrente submeter à plataforma eletrônica um documento que, nos termos legais, ateste os poderes de representação necessários para o efeito.
- 9.11 Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram (com junção do documento que comprove o mandato emitido por cada um dos membros) ou, não existindo representante comum, por todos os membros ou seus representantes legais.

10. PRAZO DA OBRIGAÇÃO DA MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de **120 dias** contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação de propostas.

11. CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS DA PROPOSTA

- 11.1 Por motivos de segredo comercial, industrial, militar ou outro, os interessados podem requerer, nos termos do artigo 66º do CCP, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, a classificação, nos termos da lei, de documentos que constituem a proposta, para efeitos de restrição ou de limitação de acesso aos mesmos, na medida do estritamente necessário;
- 11.2 A decisão sobre a classificação de documentos que constituem a proposta deve ser notificada aos interessados, por um elemento do júri, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas;
- 11.3 Quando por força da classificação de documentos que constituem a proposta, não seja possível apresentá-los nos termos previstos no ponto 9 do programa ou no prazo fixado, o júri pode estabelecer, oficiosamente ou a pedido do interessado, um modo alternativo de apresentação dos documentos em causa ou a prorrogação daquele prazo na medida do estritamente necessário.



- 11.4 Não há lugar à classificação ou anonimato de documentos cujos elementos sejam necessários para a análise e avaliação das propostas, devendo os concorrentes assegurar a licitude do tratamento dos dados pessoais em matéria de proteção de dados e o cumprimento do RGPD e demais legislação aplicável em matéria de dados pessoais.
- 11.5 Na apresentação dos *curricula* e/ou outros documentos nos quais constem dados pessoais, os concorrentes são responsáveis por assegurar a licitude do tratamento dos dados pessoais, para que a Agência, I.P., no âmbito exclusivo do procedimento de contratação pública em apreço e de execução do contrato, fique habilitada para o tratamento desses dados, designadamente a respetiva conservação pelo prazo necessário à monitorização do contrato a celebrar e à garantia da realização de auditorias, nacionais ou europeias ao contrato.

12. PROPOSTAS VARIANTES

Não será admitida a apresentação de propostas com variantes.

13. NEGOCIAÇÃO

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

14. LEILÃO ELETRÓNICO

Não haverá lugar à realização de leilão eletrónico.

15. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

15.1 A proposta é constituída obrigatoriamente pelos seguintes documentos:

- a) **Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)**, em modelo pré-preenchido pela entidade adjudicante, em formato XML, consta como anexo e conforme indicado no **Anexo I** ao presente Programa de Procedimento;
- b) Documento com a indicação do lote ou lotes aos quais concorre;
- c) Documento com indicação do **preço unitário por operação** e correspondente preço total da proposta, associado ao lote, com exclusão do IVA, de acordo com o **Anexo II** ao presente Programa de Procedimento;
- d) Memória descritiva do serviço a prestar de acordo com o exigido no caderno de encargos, a qual deverá incluir:



- i. Estrutura da organização funcional da(s) equipa(s) técnicas: Lista, por lote, com a apresentação nominal dos recursos a integrar as equipas a afetar à execução da prestação de serviços, acompanhada dos curricula vitae, assinados pelos próprios, e das respetivas fichas curriculares, que devem obedecer ao modelo constante do Anexo III ao presente Programa, também assinadas pelos próprios; e
 - ii. Indicação do prazo total para a realização das auditorias.
 - e) Tratando-se de empresa não sediada em território nacional, declaração autenticada no país de origem, em como a mesma se submete à legislação e ao foro judicial portugueses;
 - f) Certidão do registo comercial ou código de acesso à certidão permanente e/ou outro documento equivalente que ateste a legitimidade para vincular o concorrente (ex.: procuração).
- 15.2 Para efeitos da elaboração do documento referido na alínea c) ii do número anterior deve ser expressamente mencionado que ao preço total acresce o IVA e qual a taxa aplicável, entendendo-se, na falta desta menção, que o preço apresentado não se encontra sujeito aquele imposto.
- 15.3 Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos referidos no número anterior devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os membros ou respetivos representantes.
- 16. EXCLUSÃO DA PROPOSTA**
- 16.1 Sem prejuízo do disposto no artigo 72.º do CCP, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 78/2022, de 8 de novembro, as propostas serão excluídas nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 70.º e no n.º 2 do 146.º do CCP, na sua atual redação.
- 16.2 Serão ainda excluídas as propostas cujo preço ultrapasse o preço base por lote identificado no Ponto 17.1 do presente programa.
- 17. PREÇO BASE**
1. O preço base total do procedimento é de 327 277,44€ (trezentos e vinte sete mil, duzentos e setenta e sete euros e quarenta e quatro centímetros), e é fixado por lote, nos seguintes



termos:

- a) Lote 1 - Auditorias a Operações FEDER/FC e FSE até 28 operações: 81 819,36€ (oitenta e um mil, oitocentos e dezanove euros e trinta e seis cêntimos);
- b) Lote 2 - Auditorias a Operações FEDER/FC e FSE até 28 operações: 81 819,36€ (oitenta e um mil, oitocentos e dezanove euros e trinta e seis cêntimos);
- c) Lote 3 - Auditorias a Operações FEDER/FC e FSE até 28 operações: 81 819,36€ (oitenta e um mil, oitocentos e dezanove euros e trinta e seis cêntimos);
- d) Lote 4 - Auditorias a Operações FEDER/FC e FSE até 28 operações: 81 819,36€ (oitenta e um mil, oitocentos e dezanove euros e trinta e seis cêntimos).

- 17.1 Os preços constantes da proposta são indicados em algarismos e não incluem o IVA.
- 17.2 Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
- 17.3 Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

18. PREÇO OU CUSTO ANORMALMENTE BAIXO

- 18.1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 71.º do CCP, não serão definidas as situações em que o preço ou o custo de uma proposta é considerado anormalmente baixo.
- 18.2. Mesmo na ausência de definição, o preço ou custo de uma proposta pode ser considerado anormalmente baixo, por decisão devidamente fundamentada do órgão competente para a decisão de contratar, designadamente por se revelar insuficiente para o cumprimento de obrigações legais em matéria ambiental, social e laboral ou para cobrir os custos inerentes à execução do contrato, caso em que é aplicável o disposto nos n.ºs 3 e seguintes do artigo 71.º do CCP.

19. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

A adjudicação será efetuada, para cada lote, segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, densificado por um único fator – o preço - nos termos da alínea b), do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, sendo as propostas ordenadas pelo preço global mais baixo.



20. ADJUDICAÇÃO POR LOTES

- 20.1 Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, os concorrentes podem apresentar propostas a um ou mais lotes.
- 20.2 Poderá haver lugar à adjudicação de mais do que um lote ao mesmo concorrente, desde que sejam apresentados recursos distintos (equipa) em cada uma dessas propostas, admitindo-se, no entanto, o mesmo supervisor e o mesmo coordenador.
- 20.3 Sem prejuízo do disposto no número anterior, o concorrente poderá apresentar proposta com os mesmos recursos (equipas) a lotes distintos.
- 20.4 Caso mais do que uma proposta do mesmo concorrente fique ordenada em 1.º lugar em mais do que um lote, e com idêntica equipa nos lotes a concurso, a adjudicação ocorrerá somente no primeiro lote ordenado sequencialmente.
- 20.5 Em derrogação do número anterior, caso o concorrente seja o único concorrente num dos lotes, com proposta admitida e idêntica equipa nos lotes a concurso, ser-lhe-á apenas adjudicado esse lote.

21. CRITÉRIO DE DESEMPATE

- 21.1 Em caso de empate, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 4 do artigo 74 do CCP, o critério de desempate para cada lote é, o menor dos prazos de execução das auditorias apresentado nas propostas.
- 21.2 Mantendo-se o empate após a aplicação do critério supra mencionado, o desempate é então efetuado por sorteio, em conformidade com as regras constantes do anexo III ao programa do procedimento.

22. NOTIFICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO, DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E MINUTA DO CONTRATO

- 22.1 A decisão de adjudicação é notificada, juntamente com o Relatório Final, em simultâneo a todos os concorrentes.
- 22.2 Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notificará o adjudicatário para:
 - a) Apresentar, no prazo de **5 (cinco)** dias úteis, e sob pena de caducidade da adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:



- 1) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do CCP, a que refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, na sua atual redação (**Anexo IV** ao presente programa);
 - 2) Certidões, ou disponibilização dos respetivos códigos de acesso para a consulta online, de que se encontra nas seguintes situações;
 - i Situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português;
 - ii Situação regularizada relativamente a dívidas por contribuições para a Segurança Social;
 - 3) Certidão do registo criminal da empresa e dos titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
 - 4) **Comprovativo do Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE)**, para os efeitos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º do Anexo a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 89/2017 de 21 de agosto, na sua atual redação ou indicação do código de acesso gerado pelo RCBE aquando da validação do registo,
 - 5) Certidão permanente, ou o respetivo código, que permita comprovar a titularidade dos órgãos sociais;
 - 6) Declaração de compromisso de confidencialidade e ausência de conflito de interesses, nos termos do **Anexo V** do presente Programa do concurso.
- b) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
- c) Pronunciar-se sobre a minuta de contrato.
- 22.3 Quando o adjudicatário for um agrupamento, os documentos de habilitação devem ser apresentados por todos os seus membros.
- 22.4 Os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa.
- 22.5 Quando pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deverão ser acompanhados de tradução devidamente legalizada, em relação ao qual o adjudicatário declara aceitar a prevalência para todos os efeitos sobre os respetivos originais.
- 22.6 Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1 do artigo 86.º, o adjudicatário será notificado relativamente ao qual o facto ocorreu,



sendo fixado um prazo máximo de 5 (cinco) dias para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

- 22.7 Caso se verifique que a situação ocorreu por facto não imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar concederá, em função das razões invocadas, um prazo adicional de 2 (dois) dias para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.
- 22.8 Nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 132.º do CCP, o prazo a conceder para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados que possam levar à caducidade em conformidade com o preceituado no artigo 86.º do CCP, será de 2 (dois) dias.
- 22.9 Os documentos de habilitação são apresentados diretamente na plataforma eletrónica já identificada ou, no caso de a mesma se encontrar indisponível, para o endereço indicado pela entidade adjudicante.
- 22.10 Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à Agência, I.P. o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos estejam redigidos em língua portuguesa.
- 22.11 O modo de apresentação dos documentos de habilitação obedece ainda ao disposto na Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.

23. CAUÇÃO

Não será exigida a prestação de caução, nos termos do artigo 88.º, nº 2 alínea a) do CCP.

24. REDUÇÃO DO CONTRATO A ESCRITO

- 24.1 Nos termos do artigo 94.º do Código dos Contratos Públicos, o(s) contrato(s) será(ão) reduzido(s) a escrito.
- 24.2 Pode ser celebrado um único contrato que combine mais do que um lote, quando forem adjudicados ao mesmo concorrente.



25. DESPESAS E ENCARGOS PARA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Constituem encargos do concorrente as despesas inerentes à elaboração da proposta e à celebração do(s) contrato(s).

26. LEGISLAÇÃO E FORO APLICÁVEIS

- 26.1 Em tudo o que o presente programa for omissa aplicar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto, na sua atual redação e demais legislação aplicável;
- 26.2 Na ocorrência de eventuais litígios, estes serão dirimidos com recurso à lei portuguesa no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa com expressa renúncia a qualquer outro.

ANEXOS:

- Anexo I – Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), a que se reporta a alínea a) do Ponto 15.1 do presente Programa do Procedimento;
- Anexo II – Modelo de Ficha Curricular dos recursos a alocar à prestação dos serviços, a que se reporta a subalínea ii) da alínea d) do Ponto 15.1 do presente Programa do Procedimento;
- Anexo III – Regras de realização do sorteio, a que se refere o Ponto 21.2 do presente Programa do Procedimento;
- Anexo IV – Modelo de declaração (Anexo II ao CCP), a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º CCP e a que se reporta o n.º 1) da alínea a) do Ponto 22.2 do presente Programa do Procedimento; e
- Anexo V – Declaração de compromisso de confidencialidade e ausência de conflito de interesses, a que se reporta o n.º 6) da alínea a) do Ponto 22.2 do presente Programa do Procedimento;

Nota: Caso os interessados tenham dúvidas sobre a utilização da plataforma eletrónica poderão recorrer ao apoio técnico previsto para esse fim, através do endereço eletrónico www.acingov.pt ou do telefone 707451451 ou através do e-mail: apoio@acingov.pt das 08:30 às 19:00 horas, em dias úteis.



ANEXO I - Modelo de Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)

(a que se reporta a alínea a) do Ponto 15.1 do presente Programa do Procedimento)

Utilizar o formulário-tipo do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016.

O concorrente deverá completar o preenchimento do DEUCP pré-preenchido pela entidade adjudicante, com as informações que lhe digam respeito, através do link:

<https://espd.eop.bg/espd-web/filter?lang=pt>

O documento deve ser assinado eletronicamente pelo operador económico ou por representante legal com poderes para o obrigar, mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada.

Recomenda-se, para efeitos de preenchimento do formulário, a prévia leitura da Circular Informativa nº 01/IMPIC/2016, bem como o documento de ajuda (FAQ) em anexo à mesma e demais elementos disponibilizados pelo IMPIC para o efeito, em:

http://www.impic.pt/impic/assets/misc/pdf/Circular_informativa_1_IMPIC_2016.pdf

http://www.impic.pt/impic/pt-pt/noticias/deucp_2

<http://www.impic.pt/impic/pt-pt/noticias/documento-europeu-unico-de-contratacao-publica>



Anexo II – Modelo de Ficha Curricular dos recursos a alocar à prestação dos serviços

(a que se reporta a subalínea ii) da alínea d) do Ponto 15.1 do presente Programa do Procedimento)

1. PERFIL

Supervisor geral	
Coordenador	
Técnico/Jurista	

2. IDENTIFICAÇÃO

Nome:			
Nacionalidade:		Data de Nascimento:	

3. FORMAÇÃO ACADÉMICA

Formação n...

Designação do Curso:			
Instituição:			
Ano Início:		Ano de Conclusão:	

Formação n...

Designação do Curso:			
Instituição:			
Ano Início:		Ano de Conclusão:	

3. QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Ordem Profissional	
Nº de Inscrição	
Data de Inscrição	



4. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL RELEVANTE

Experiência n.º 1

Nome do projeto ou trabalho		
Data de início e fim		
Nº de meses		
Principais características do Projeto ou trabalho:		
Função:		
Tarefas:		

Experiência n.º ...

Nome do projeto ou trabalho		
Data de início e fim		
Nº de meses		
Principais características do Projeto ou trabalho:		
Função:		
Tarefas:		

Data...

Assinatura ...



ANEXO III - REGRAS DE REALIZAÇÃO DO SORTEIO

(a que se refere o ponto 21.2. do programa do procedimento)

Em caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será efetuado por sorteio realizado pelo júri na presença do representante legal de cada um dos concorrentes, ato do qual será redigida ata a assinar por todos os intervenientes.

Proceder-se-á ao desempate das propostas, através de sorteio em conformidade com o seguinte procedimento:

1. Notificação dos concorrentes, com um prazo de 3 dias úteis de antecedência, da data e hora a efetuar o sorteio, através de mensagem na plataforma eletrónica de contratação pública, indicada no presente Programa do Procedimento;
2. Será concedida uma tolerância de 15 minutos relativamente à hora marcada, após a qual será realizado o sorteio com os concorrentes presentes, sendo que a bola dos eventuais concorrentes em falta, será retirada por uma testemunha externa, na presença de todos os participantes no sorteio;
3. A realização do sorteio terá lugar nas instalações da Agência, I.P., sitas na Avenida 5 de Outubro, n.º 153, 1050-053 Lisboa;
4. A ordenação será determinada através da metodologia de retirada, pelos concorrentes, de uma bola de um saco opaco, cujo número inscrito na mesma determinará a ordenação das propostas, significando designadamente:
 - 1.ª Posição – Bola n.º 1
 - 2.ª Posição – Bola n.º 2
 - 3.ª Posição – Bola n.º 3

E assim sucessivamente tendo em conta a quantidade de propostas empatadas.

5. A ordem de retirada das bolas ocorrerá em conformidade com a ordem de receção das propostas na plataforma eletrónica de contratação pública;
6. Terminado o sorteio, será lavrada uma ata do mesmo, com a ordenação final dos concorrentes, a qual será lida em voz alta pelo Presidente do Júri, após o que será perguntado aos concorrentes presentes se têm alguma objeção;
7. Não havendo objeções por parte dos concorrentes presentes, será formalmente declarado encerrado o sorteio, sendo a ata assinada por todos os participantes.



ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO (Anexo II do CCP)

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP e alínea a) do Ponto 22.2 do presente Programa do Procedimento)

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de....(designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57º.



ANEXO IV - Declaração de compromisso de confidencialidade e ausência de conflito de interesses

(a que se reporta o n.º 1 da alínea a) do Ponto 22.2 do presente programa do procedimento)

1. Para efeitos da prestação dos serviços, ou no âmbito desta, o adjudicatário pode ter acesso a Informação confidencial, entendendo-se como tal todas as informações e documentos que lhe sejam fornecidos pela entidade adjudicante, bem como quaisquer elementos a que os seus agentes, funcionários ou colaboradores venham a ter acesso no âmbito da prestação dos serviços ou em razão desta, incluindo processos, listagens, arquivos, bases de dados, contratos e demais documentação relacionada, direta ou indiretamente, com a execução de atribuições e competências ou a atividade da entidade adjudicante, bem como quaisquer relatórios, estudos, pareceres, informações, processos, listagens, arquivos, bases de dados, contratos e demais documentação, que sejam elaborados ou produzidos pelo adjudicatário, no âmbito da prestação dos serviços, salvo se forem do conhecimento público ou objeto de publicitação por força de disposição legal.

2. Em caso de dúvida, são tratados como informação confidencial todas as informações, bem como documentos e elementos, a que tenha acesso no âmbito dos serviços prestados, até ao momento, e na precisa medida em que a própria entidade adjudicante os torne públicos.

3. O adjudicatário declara que a prestação dos serviços não é afetada por qualquer conflito de interesses em razão de quaisquer relações que tenha, ou que qualquer membro dos seus órgãos, ou qualquer colaborador com funções de direção, ou qualquer colaborador diretamente envolvido na prestação dos serviços, tenha, com qualquer outra entidade.

4. O adjudicatário obriga-se a:

- a) Usar de um grau elevado de rigor na deteção, avaliação e documentação de situações potencialmente enquadráveis no n.º 1;
- b) Notificar de imediato a entidade adjudicante em caso de se verificar qualquer situação enquadrável no ponto 3 bem como a facultar-lhe, mediante solicitação, qualquer informação que esta exija para comprovação;
- c) Observar deveres de sigilo e confidencialidade quanto a informação confidencial da entidade adjudicante, nomeadamente:
 - i. Proteger a informação confidencial de modo adequado, em termos nunca menos diligentes que aqueles que utiliza para proteger a sua própria informação confidencial;
 - ii. Na sua organização interna para a prestação dos serviços, limitar a comunicação da informação confidencial aos seus agentes, funcionários ou colaboradores que a devam conhecer, em razão do seu envolvimento naquela prestação;
 - iii. Garantir que os seus agentes, funcionários ou colaboradores guardem absoluto sigilo e confidencialidade em relação à informação confidencial;



- iv. Não proceder a qualquer cópia de informação confidencial, na totalidade ou em parte, salvo para utilização no âmbito da prestação dos serviços;
- v. Não utilizar ou permitir a utilização, em circunstância alguma, dos dados e informações fornecidos pela entidade adjudicante, nem das informações e documentos a que os seus agentes, funcionários ou colaboradores venham a ter acesso no âmbito da prestação dos serviços, mesmo que não sejam de considerar informação confidencial, para quaisquer outros fins que não os estritamente necessários para a prestação dos Serviços;
- vi. Não proceder à transferência ou interconexão com qualquer entidade, de quaisquer dados ou informações fornecidos pela entidade adjudicante, mesmo que não sejam informação confidencial, salvo quando devidamente autorizada por escrito.